MONIZ BANDEIRA, L. A. **Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003).** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense,1995.

________. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

SCHWARTZ, Liliam Moritz. **As barbas do Imperador D. Pedro II: um monarca dos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

Prova de 2006

Questão 1

O Tratado de Madri de 1750, firmado entre Portugal e Espanha, tinha por fim imediato estabelecer a divisão do território ao sul do Brasil para acabar com as disputas pela região; porém, pela primeira vez, após o de Tordesilhas de 1494, definia-se toda a linha divisória das possessões das coroas ibéricas na América. A respeito do Tratado de Madri, exponha:

a) a contribuição do negociador Alexandre de Gusmão;
b) os resultados mais importantes quanto à demarcação do território brasileiro na época e para a posteridade.

Christiana Lamazière (20/20)

O Tratado de Madri, de 1750, é momento fundamental para o processo de conformação territorial do Brasil e, igualmente, para o surgimento dos princípios norteadores da política externa brasileira.

No que tange aos desacordos territoriais que opunham a Coroa Espanhola à Portuguesa, o Tratado de Madri reviu as premissas contidas no Tratado de Tordesilhas, refutando a idéia de que os tratados antigos serviriam para delimitar as fronteiras das possessões espanholas e portuguesas na América. De acordo com o novo entendimento, o traçado das fronteiras deveria seguir os princípios das fronteiras naturais e do uti possidetis. *A importância das fronteiras naturais – cadeias de montanhas, rios, e outros marcos naturais – estaria em firmar marcos indiscutíveis de territorialidade e evitar, assim, a probabilidade de atritos no futuro. Já o* uti possidetis *inaugurou o gosto pelo pragmatismo na política externa brasileira, ao contrapor o fato da ocupação efetiva e natural do território ao que havia sido acordado em tratados anteriores. Esse princípio favoreceu sobremaneira a expansão territorial da colônia portuguesa, pois, no caso das fronteiras, a norma – os tratados vigentes – parecia congelar-lhe o potencial. Quanto ao princípio do* uti possidetis, *pode-se ver na sua consagração no Tratado de Madri uma tendência que acompanha o Brasil até hoje, qual seja, a de favorecer institucionalização mais branda das relações regionais, já que o País possui maior poder relativo nessa esfera, enquanto favorece maior normatização das relações no meio global, pois nessa esfera seu poder relativo – pelo menos no que tange às capacidades materiais – é menor. Uma vez que a institucionalização das relações tende a reduzir a flexibilidade da diplomacia brasileira na busca do interesse nacional, ela foi substituída por um princípio mais realista, o* uti possidetis, *já na época colonial. O* uti possidetis *impediu que normas internacionais – como o Tratado de Tordesilhas – diluíssem o poder relativo português e se tornassem obstáculo à força da expansão portuguesa.*

Nesse sentido, o negociador do Tratado de Madri, Alexandre de Gusmão, inaugurou o pragmatismo na política externa do Brasil, razão pela qual é conhecido como o "avô da diplomacia brasileira". O pragmatismo consiste no recurso constante à racionalidade política a fim de melhor garantir o interesse nacional do País e da sociedade como um todo. Alexandre de Gusmão introduziu, na diplomacia da Coroa Portuguesa para a demarcação das fronteiras, esse elemento de flexibilidade que norteia o realismo político: saber adotar apenas as normas que favorecem a margem de manobra do País para que este atinja seus objetivos racionais.

Os resultados mais importantes do Tratado de Madri quanto à delimitação do território brasileiro se referem principalmente à região sul do País. De acordo com o Tratado de Madri, a Coroa Portuguesa deveria devolver a Colônia do Sacramento à Coroa Espanhola, uma vez que tal território não havia sido adquirido de acordo com o princípio da expansão natural contido no uti possidetis. *Em troca, Portugal recebeu a área dos Sete Povos das Missões, a qual correspondia mais adequadamente à idéia de uma expansão natural – que não era o caso da Colônia do Sacramento, construída pelo mar visando principalmente garantir o acesso de Portugal a uma das margens do rio da Prata, objetivo sempre presente nos planos geopolíticos portugueses.*

O território dos Sete Povos das Missões foi posteriormente retomado pela Coroa Espanhola por meio do Tratado de San Ildefonso, mas retornou à Coroa Portuguesa com o Tratado de Badajoz, que ainda reafirmou a centralidade do uti possidetis *para reger as discussões das fronteiras na América Ibérica. A região dos Sete Povos permaneceria, entretanto, objeto de contestação mesmo após as independências das colônias portuguesa e espanholas. Com efeito, coube ao Barão do Rio Branco resolver a questão por meio da defesa da soberania brasileira no território após a Proclamação da República. Os conhecimentos geográficos do Barão e sua habilidade política deram a vitória ao Brasil na arbitragem sobre a questão do território agora conhecido como Palmas.*

Questão 2

Discorra sobre os seguintes aspectos do Movimento Modernista, inaugurado com a Semana de Arte Moderna de 1922:

a) as idéias que inspiraram o movimento;
b) as principais contribuições de escritores brasileiros ao projeto modernista, de 1922 a 1945.

Maurício Gomes Candeloro (20/20)

a) A Grande Guerra que ceifou a vida de milhões de jovens europeus de 1914 a 1918 alterou profundamente a visão de mundo daquele continente. O otimismo na ciência e a crença em relação ao "progresso" sucumbiram diante da carnificina daquela guerra no seio da civilização européia. Os efeitos do conflito no pensamento e na cultura foram imediatos para o sepultamento da Belle Époque *e para o surgimento do Modernismo.*

Este último assumiu diferentes versões. Na Suíça, entre jovens que se recusavam a lutar na guerra, surgiu o Dadaísmo. O Cubismo na França e o Expressionismo alemão foram outras manifestações no rol exaustivo que forma o movimento moderno como um todo.

O Brasil, distante da ebulição européia do imediato pós-guerra, foi refratário a essas inovações até a Semana de Arte Moderna de 1922, que teve lugar no Teatro Municipal de São Paulo.

Roberto Schwartz e seu conceito de "idéias fora de lugar" podem ser evocados na análise de como um movimento marcadamente europeu, típico de sociedade altamente industrializada e destruída pela guerra, pôde ser absorvido (ou deglutido, para usar a expressão de Oswald de Andrade) pela sociedade brasileira da República Velha, caracterizada pela agricultura e por organizações sociais arcaicas. Nesse sentido, o fato de o Modernismo ter "surgido" na capital paulista não pode ser desprezado.

São Paulo, nesse momento, industrializava-se rapidamente. Era uma cidade de imigrantes, em especial italianos, portugueses e árabes. A elite cafeeira adotara a cidade como sua residência permanente, em detrimento da fazenda (absenteísmo), o que enriquecera a cidade, dotando-a de infraestrutura técnica e cultural. Essa elite paulistana falava francês, lia Shakespeare e era educada por preceptoras alemãs. Tinha, portanto, os pés no Brasil e a cabeça na Europa. São os membros dessa elite que vão patrocinar o Modernismo no Brasil. No entanto, é um equívoco afirmar que, antes de 1922, não havia nada de moderno no Brasil. Curiosamente, pode-se considerar Monteiro Lobato, autor do virulento artigo "Paranóia e Mistificação", em que criticava os modernistas do Teatro Municipal, como um escritor pré-moderno.

Do ponto de vista conceitual, celebrizou-se a "antropofagia" de Oswald de Andrade. O Manifesto Antropófago *pregava a absorção de idéias vindas de fora (sua deglutição), sua adaptação à realidade brasileira (misturadas à elementos da cultura nacional) e o conseqüente surgimento de algo novo e genuinamente brasileiro. Valoriza-se, assim, o passado e, ao mesmo tempo, a influência estrangeira. Havia, por outro lado, modernistas que refutavam essa visão "cosmopolita". Os nativistas eram favoráveis ao fechamento da cultura brasileira à influência externa, vista como maléfica. Deveríamos valorizar exclusivamente o que é nosso. Essa visão seria adotada pela AIB (Ação Integralista Brasileira), de Plínio Salgado e Menotti Del Picchia, dois participantes da Semana de 1922.*

b) O Modernismo teve profunda influência entre os escritores brasileiros. Nas Ciências Sociais, Antônio Candido identifica três autores e três obras, chamando os primeiros de "demiurgos" do pensamento social brasileiro, verdadeiros divisores de águas. São eles: Gilberto Freyre, com Casa Grande & Senzala *(1933); Sérgio Buarque de Holanda, com* Raízes do Brasil *(1936) e Caio Prado Jr., com* Formação do Brasil Contemporâneo *(1942).*

Freyre, culturalista, influenciado por Franz Boas, sublinha a importância da mestiçagem na formação da cultura e do caráter nacionais. Holanda, também culturalista, está influenciado por Max Weber, e faz análise institucional do Brasil: a dificuldade do "homem cordial" brasileiro, profundamente afetivo, em manter relações frias, formais e racionais, o que explicaria o patrimonialismo. Prado Jr., por sua vez, faz análise estruturalista (marxista) da formação do país. Para ele, o Brasil já nasce capitalista, mas inserido de maneira subordinada no capitalismo mundial (divisão internacional do trabalho).

Na literatura, o período em tela é momento de grande efervescência. Além da obra dos participantes diretos da Semana de 1922, como Mário de Andrade (Macunaíma, Contos Novos*) e Oswald de Andrade (*O Rei da Vela*), o Modernismo cria raízes em nosso País e espalha-se pelo território nacional. Com efeito, nos 1930/1940, essa "difusão" fica evidente com o surgimento do Regionalismo de José Lins do Rego e Jorge Amado. Na poesia, destacam-se Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, entre outros. Graciliano Ramos, romancista, vai imprimir forte conteúdo social em suas obras (*São Bernardo, Vidas Secas*) e terá destacado papel político na denúncia de mazelas sociais e na oposição ao*

Estado Novo (1937-1945) de Vargas, pela qual é preso. Na cadeia, escreve Memórias do Cárcere.

A influência da Semana de 1922 vem até hoje. Várias gerações têm dialogado com a obra dos primeiros modernistas. A famosa montagem de O Rei da Vela *no Teatro Oficina, de José Celso Martinez Correa, em São Paulo nos anos 1960 é sintomática dessa influência permanente daqueles pioneiros.*

Questão 3

"No Brasil, a vitória de Dutra representou, para os contemporâneos, algumas continuidades em relação ao governo Vargas... Contudo, o governo eleito seria menos continuísta do que se supunha, tanto em relação aos homens e políticas como em relação à estrutura partidária que o conduziu ao poder. Nos terrenos político e econômico, o governo Dutra representava uma orientação muito diferente daquela que surgira nos estertores da ditadura Vargas."

(Boris Fausto e Fernando J. Devoto. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada**. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 292)

Examine:

a) a diferença da presidência do General Dutra com relação ao primeiro Governo de Vargas no campo das relações internacionais do Brasil;
b) o peso dos partidos políticos sobre o Governo Dutra.

Melina Espechit Maia (18/20)

O governo Dutra, que se instaurou após o fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945), inaugurou a fase da República Liberal, que perduraria, apesar dos vários momentos de contestação ao regime, até o golpe militar de 1964. Nos últimos anos do Estado Novo, que havia abolido os partidos políticos e concentrado o poder do Estado na figura de Getúlio Vargas, o presidente liberou a formação de partidos políticos, com a criação da UDN (partido de direita e de contestação do regime paternalista de GV), do PTB (partido das classes proletárias urbanas e do sindicalismo nacional) e do PSD (partido dos grupos que apoiavam o regime Vargas). Além desses, destaca-se a legalização da existência do Partido Comunista Brasileiro, que por muitos anos existiu na ilegalidade. Dutra foi eleito por uma aliança PTB-PSD contra o candidato da UDN, Eduardo Gomes.

No campo das relações internacionais do Brasil, a principal diferença da presidência do General Dutra em relação ao primeiro governo de Vargas reside no entendimento do relacionamento com os Estados Unidos. Ambos esperavam tirar vantagens da relação bilateral para promover o desenvolvimento do país. Entretanto, durante o governo Vargas (1930-1945), desenvolveu-se uma política de barganha, que visava à obtenção de benefícios concretos à modernização da indústria, principalmente a indústria de base (siderurgia nacional), como incentivo ao crescimento autônomo da produção nacional.

Na primeira fase do governo Vargas, em que se delineavam as facções que iriam disputar a 2ª Guerra Mundial - Eixo e Aliados - Vargas praticou uma política de "eqüidistância pragmática", como denominou Gelson Moura. O governo brasileiro praticou o comércio compensado com a Alemanha (e em menor escala com a Itália), por meio dos marcos de compensação, promovendo o aumento do intercâmbio comercial entre os dois

países. Nesse período, o comércio com os EUA perdeu importância relativa e as conversações entre Brasil e Alemanha causaram atrito nas relações com os EUA. A política de barganha concentrou-se principalmente na questão da indústria siderúrgica nacional, com negociações com o grupo Krupp na Alemanha e com empresas americanas. Com o prenúncio da Grande Guerra e o apoio do Brasil aos Aliados, logra-se a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), localizada em Volta Redonda, com capital do governo americano por intermédio do Eximbank.

Com o rompimento das relações com o Eixo e a entrada do Brasil na guerra, as relações com os EUA e com os aliados estreitaram-se, como demonstram o envio das forças brasileiras ao campo de batalha na Itália e a formação do "Trampolim da Vitória", quando Getúlio Vargas permitiu a utilização de bases no Nordeste, juntamente com o envio de matérias primas estratégicas aos esforços de guerra (em troca de auxílio ao rearmamento das Forças Armadas Brasileiras).

O governo Dutra inicia-se nesse espírito de alinhamento com os EUA. No entanto, Dutra praticaria uma política de "alinhamento automático" com a potência americana. Com o começo da Guerra Fria e da disputa ideológica Leste-Oeste, o Brasil coloca-se sob a zona de influência dos EUA. Dutra entende o alinhamento com os EUA como benéfico ao objetivo desenvolvimentista da Política Externa Brasileira. Acredita ser possível a obtenção de capital do governo americano para auxiliar o desenvolvimento nacional, enquanto os EUA concentram-se na política de reconstrução da Europa e do Japão (Plano Marshall). É o fim da política de barganha que havia marcado o governo de GV e trazido resultados concretos para o Brasil. O Brasil assina os Acordos de Bretton Woods e integra o sistema internacional criado sob a órbita da Guerra Fria.

No que se refere à política regional, na esfera das Américas, o governo Vargas também se diferencia do governo Dutra. GV iniciou seu governo com uma política de aproximação com os Estados latino-americanos sob a política da boa-vizinhança do governo Roosevelt. Destacam-se o Pacto Saavedra-Lamas (1933), as mediações no conflito da Letícia (Peru e Colômbia) e do Chaco (Bolívia e Paraguai), além de Acordo com a Bolívia, que se concretizaria no Acordo de Raboré no governo JK. O governo Dutra rompeu o bom relacionamento com a Argentina (encontro entre Vargas e Justo), principalmente após a reticência argentina em romper relações com o Eixo. Dutra inseriu o Brasil nos organismos criados pelo governo americano para institucionalizar sua área de influência nas Américas: o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) de 1947 e a OEA (Organização dos Estados Americanos) de 1948.

Quanto aos partidos políticos, o governo Dutra instaurou-se sob forte oposição da UDN, principalmente de seu líder Carlos Lacerda, por ter sido considerado uma vitória da aliança varguista e uma continuação das políticas trabalhistas do governo Vargas. Dutra coloca novamente na ilegalidade o Partido Comunista Brasileiro, que no clima da Guerra Fria e da política de contenção ao comunismo é enquadrado na legislação brasileira como contrário ao regime democrático representativo. O peso dos partidos políticos no governo Dutra é simbolizado pela disputa entre a UDN e o PDS-PTB quanto ao regime de governo ideal ao crescimento nacional. Cabe notar que a política de abertura de Dutra favoreceu, em certos aspectos, as reivindicações da UDN, apesar da continuidade partidária.

Assim, se o governo Vargas e o governo Dutra apresentam semelhanças quanto à ideologia partidária, no que tange às relações internacionais, a política de barganha de Vargas foi abandonada, o que não logrou resultados concretos para o Brasil, visto que os Estados Unidos concentravam-se nas suas políticas de segurança internacional e de reconstrução da Europa e do Japão no pós-guerra.

Questão 4

"[...] Ao assumir a Pasta das Relações Exteriores, defrontei-me imediatamente com o grave obstáculo do problema do colonialismo português. Em exposição de motivos ao Presidente Médici, em dezembro de 1971, expus, formalmente, uma nova linha de política externa.

Dizia eu na exposição: País atlântico, o Brasil tenderá, num futuro que se aproxima com rapidez, a ter crescentes interesses e responsabilidades no outro lado do oceano que banha nossas costas. Conviria por isso que, desde já, procurássemos aumentar, dentro de nossas possibilidades e recursos, a presença brasileira naquela parte da África que chamaremos de atlântica."

(Mario Gibson Barboza. **Na diplomacia o traço todo da vida**.
Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 239-240).

Com base no texto, avalie:

a) as bases conceituais do relançamento da política africana do Brasil no Governo Médici;
b) os resultados colhidos ao longo dos anos seguintes à luz dos interesses nacionais brasileiros.

Flávio Elias Riche (19/20)

a) De acordo com José Flávio Sombra Saraiva, as relações do Brasil com a África, de 1930 até 1990, podem ser definidas através de quatro momentos: a permanência do silêncio (1930-1946); o lento renascimento do interesse na África (1946-1961); avanços e recuos (1961-1969); a reafirmação da política africana do Brasil (1969-1990).

Durante a primeira fase, o interesse do Brasil na África foi pouco, seja por razões de ordem ideológica (as elites desejavam ignorar a contribuição africana para a formação da nacionalidade brasileira), seja por razões de ordem material (o comércio com a África não possuía expressão para a economia brasileira).

Ao longo da segunda fase, a situação começa a mudar, especialmente em função da Conferência de Bandung (1955) e do movimento de descolonização dos países africanos. Todavia, percebe-se uma cisão entre discurso e prática. Ao mesmo tempo em que o Brasil se mostra a favor do princípio da autodeterminação dos povos, o peso da afetividade lusa se faz presente, evitando o Brasil questionar a colonização portuguesa na África. Soma-se a isto o entendimento brasileiro de que o regime de Apartheid na África do Sul seria um problema soberanista, sem dizer respeito à comunidade internacional.

A necessidade de renovar a política externa em relação à África foi um dado reconhecido por Jânio Quadros, questão inclusive levantada pelo presidente em artigo publicado na revista "Foreign Affairs". Neste sentido, a Política Externa Independente defendeu com veemência a autodeterminação e o anticolonialismo, a despeito da abstenção nos votos relativos às questões de Angola e Argélia na ONU.

Para concluir este breve excurso, os dois primeiros governos militares tiveram como preocupação evitar a possibilidade de novas nações africanas se converterem ao comunismo, razão pela qual hesitaram a respeito da descolonização. Tal recuo é motivado não apenas pelo ocidentalismo, mas também pelos vínculos de solidariedade com Portugal.

No que diz respeito ao governo Médici, cumpre lembrar que este se diferencia dos antecessores por buscar cada vez mais uma inserção pragmática no sistema internacional, ainda que sob um paradigma americanista. Soma-se a isto um fator ideológico, pois o legado africano para a formação brasileira deixava de ser visto como algo negativo, devido especialmente à divulgação do pensamento de Gilberto Freyre, fundado na noção de democracia racial. Com efeito, criou-se um núcleo de estudos africanos no Itamaraty, ao mesmo tempo em que a idéia-força da afetividade luso-brasileira começava a perder legitimidade.

Existem dois outros fatos que merecem destaque no que se refere à política africana do governo Médici. Primeiro, a viagem do ministro das relações exteriores, Gibson Barbosa, a cinco países da África Ocidental. Segundo, as recomendações categóricas de Médici ao deixar o governo, no sentido de que o Brasil deveria rever seu posicionamento sobre a colonização portuguesa.

b) O que no governo Médici foi o início de uma inflexão, no governo Geisel se tornou realidade através do pragmatismo responsável e ecumênico. Vale lembrar que a conjuntura do governo Geisel foi marcada pela crise do petróleo de 1973; este foi um dos fatores, porém não o único, que levou o Brasil a diversificar seus parceiros diplomáticos e comerciais, aproximando-se inclusive dos países socialistas e dos países árabes.

Verifica-se ao longo do pragmatismo responsável um aprofundamento do comércio e dos vínculos culturais com os países da África. Em 1975, o Brasil reconheceu o governo do MPLA na Angola antes que as demais nações – uma evidência de sua nova orientação na política externa. Com isso, colocou-se um ponto final no apoio brasileiro à colonização portuguesa.

De fato, os resultados obtidos com a nova política africana não se restringiram ao governo Geisel, prolongando-se nos governos seguintes, ainda que com menor intensidade. Prova do peso da África para a política externa brasileira foi a visita do presidente Figueiredo ao continente em 1983. Em momento posterior, o presidente Sarney também visitou a África, com o objetivo de aprofundar os vínculos existentes.

Finalmente, vale mencionar que, a despeito do enfraquecimento da política africana do Brasil a partir do governo Collor, a mesma voltou a ser prioritária com o governo atual, em função do fortalecimento da cooperação Sul-Sul. Em que pese a questão econômica, atualmente também existem questões humanitárias, traduzidas, por exemplo, na aplicação do programa brasileiro de combate à AIDS em países africanos.

Questão 5

"Não obstante sua natural solidariedade com todos os povos irmãos do hemisfério, o Brasil é um país soberano, autônomo, que não pode ser considerado como parcela de um continente ou como capítulo de um agrupamento de países em desenvolvimento. Não ignoramos os deveres — ou as vantagens políticas — da solidariedade, mas não renunciamos a nossa faculdade de atuar por nós mesmos, como Estado, como Nação e como Povo dentro da comunidade internacional."

(Araújo Castro, 1971)

Comente a formulação acima em suas implicações diplomáticas e à luz de seu contexto histórico.

Fabio Cereda Cordeiro (20/20)

A formulação de Araújo Castro pode ser lida como uma afirmação do universalismo e da autonomia, num momento em que nossa política externa guiava-se pela busca autônoma do interesse nacional.

Para entender estes conceitos, é importante antes comentar o contexto internacional da segunda metade dos anos 60 e do início dos 70. O processo de descolonização, que estava então quase completo, criava novos atores estatais que, reunidos no chamado Terceiro Mundo, buscavam um caminho próprio de desenvolvimento. A imensa superioridade que os EUA possuíam no imediato pós-Segunda Guerra Mundial erodia-se, à medida que outras potências aproximavam-se de seu poder econômico e militar. O conflito da Guerra Fria distendia-se por meio da détente *americano-soviética.*

Fica claro que este contexto não permitia que o Brasil seguisse uma política de alinhamento automático aos Estados Unidos, como fora tentada nos governos Dutra e Castello Branco. Nem mesmo a barganha nacionalista de Vargas e JK era suficiente. Fazia-se necessário ampliar os horizontes da política externa brasileira, que não poderia mais articular-se unicamente no eixo de relações com os EUA. Esta articulação fazia sentido quando a principal clivagem do sistema internacional era o conflito Leste-Oeste. Mas mostrava-se inadequada num mundo onde o conflito Norte-Sul era cada vez mais importante.

Em vista do exposto acima, podemos entender o universalismo como uma expansão das relações internacionais do País para além do hemisfério ocidental, caracterizado pela supremacia norte-americana. O Brasil buscaria a ampliação de relações "horizontais" e "diagonais", ou seja, com o resto do mundo em desenvolvimento (relações Sul-Sul) e com o mundo socialista (relações Sul-Leste).

Quando Araújo Castro afirma que o Brasil "não pode ser considerado como parcela de um continente", propõe justamente uma superação do pan-americanismo e defende que o País tenha relacionamento com todos os atores do sistema internacional. Ao mesmo tempo, quando afirma que o Brasil não pode ser visto "como capítulo de um agrupamento de países em desenvolvimento", mostra que o universalismo, ao propor uma expansão na amplitude das relações internacionais do País, não significava que deveríamos assumir uma postura de confronto com relação às grandes potências. Isto explica por que o Brasil nunca foi membro pleno do Movimento dos Não-Alinhados, tendo atuado apenas como observador.

O universalismo andava de mãos dadas com a maior autonomia nas relações internacionais do País. Buscar um papel relevante além do hemisfério ocidental implicava em reduzir o alinhamento com os Estados Unidos. Procurando, no quadro de uma política nacionalista, usar a política externa como instrumento do desenvolvimento, o Brasil ampliava seus parceiros, tanto econômicos quanto políticos. O exemplo mais marcante desta política de autonomia foi o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha de 1975, que encontrou forte oposição nos EUA mas foi levado à frente mesmo assim. Outro exemplo foi a questão do reconhecimento de Angola (também na gestão de Azeredo da Silveira no MRE e de Geisel na presidência), na qual o Brasil opôs-se aos Estados Unidos – o que deixa claro que uma política externa verdadeiramente universalista não é compatível com um alinhamento subordinado aos EUA ou a qualquer grande potência.

*****